



CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES ECONÓMICAS DE MOÇAMBIQUE

**Intervenção do Excelentíssimo Senhor Eng^o.
Agostinho Vuma, Presidente da CTA**

**X Conselho de Monitoria do Ambiente de
Negócios (CMAN)**

Maputo, 17 de Abril de 2024

**Sua Excelência Adriano Maleiane,
Primeiro-Ministro da República de
Moçambique,**

**Sua Excelência Silvino Augusto
Moreno, Ministro da Indústria e
Comércio,**

Distintos empresários, meus pares,

Minhas senhoras, meus senhores!

Antes de mais, gostaria de usar desta oportunidade para expressar a solidariedade da CTA, e minha própria, com as vítimas do naufrágio acontecido ao largo da Costa da Ilha de Moçambique, no Distrito do Mossuril, e que resultou na morte de perto de uma centena de concidadãos nossos.

Infelizmente, como que numa réplica deste trágico acidente, tomamos conhecimentos de outro

naufrágio ao longo do Rio Zambeze, no Distrito de Caia, que resultou em nove mortes confirmadas e, agora, um desaparecido.

Enquanto CTA, e, imbuídos do espírito solidário, iniciamos uma campanha de mobilização de apoios aos afectados, junto dos nossos associados e esperamos, em breve, canalizar alguns apoios, sendo que, todavia, somos desafiados a, juntamente com o

Governo, nosso principal parceiro, desenvolvermos uma reflexão em torno da modernização e melhoria dos serviços de transporte, a diversos níveis, incluindo o marítimo, fluvial e lacustre, bem como em formas de prover maiores condições de segurança para os utentes destes serviços, particularmente, nas zonas mais recônditas.

Excelência,

As intempéries da natureza, as quais sejam, chuvas e inundações que, ciclicamente, afectam o nosso país, incluindo a estiagem em vastas zonas do nosso território, decorrentes de fenómenos como *El Niño*, e a nossa propensa localização geográfica em relação às mudanças climáticas, convidam-nos a desenvolver estratégias e soluções mais estruturantes para

encarar os desafios que a natureza nos impõe. Isto passa por acções conjuntas em prol do melhor aproveitamento das águas abundantes em tempos de chuvas intensas, e criação de capacidades locais para a sua retenção, para posterior uso, em épocas de estiagem para os fins julgados necessários.

É urgente, Excelência, inculcar nas nossas autoridades municipais a

responsabilidade de introduzirem e desenvolverem planos de urbanização e gestão das águas pluviométricas evitando-se todas as acções e construções que barrem os percursos naturais das águas ou, quando possível, abrir-se canais que desagúem em represas ou outros sistemas de retenção. E isto pode ser feito em zonas que se têm conhecimento de serem propensas a inundações, e de onde têm sido retiradas,

ciclicamente, populações que, volvido algum tempo, vendem os locais ou retornam aos mesmo, em períodos não chuvosos.

O nosso Estado não deve permitir-se o pesado fardo de acções de socorro e prestação de apoios às mesmas pessoas, a cada ciclo chuvoso. Medidas mais arrojadas se impõem.

Por outro lado, Excelências, nas acções de minimização dos impactos das enxurradas e desastres naturais, não se deve excluir as empresas dos apoios destinados as vítimas deste tipo de eventos, considerando que estas, sendo geradoras de emprego, precisam de retomar e prosseguir com as suas actividades e assegurar a continuidade desses empregos. Talvez, aqui, se imponham, também, mecanismos

conjuntos de intervenção para se produzir as melhores estratégias de assistência empresarial em momentos de desastres.

Senhor Primeiro-Ministro,

Uma das questões críticas que afectam, negativamente, o sector privado, tem sido o acesso ao financiamento. Actualmente, a capacidade de endividamento do país está limitada, afectando o

financiamento do crescimento e desenvolvimento económico.

Neste diapasão, queremos encorajar que o Governo continue a implementar medidas visando a consolidação da reavaliação das nossas exportações, seja em sede do Decreto sobre preços de referências e/ou preços de transferências, mas também, na integração da economia informal.

As nossas estimativas demonstram que este processo pode melhorar, não só a arrecadação fiscal, mas também, as próprias perspectivas de crescimento económico. Se tomar-se em conta a revalorização das exportações do feijão boer, minerais, areias pesadas, gás natural e outros, o saldo da balança de pagamento pode sair do actual défice de 903,2 milhões de dólares para um saldo positivo de cerca de 696,8 milhões de dólares. Isto

melhoraria o crescimento económico de 5,1% para 8,6% em 2023, resultando na queda do rácio da dívida pública de 75% do PIB para 70%, melhorando, assim, o perfil de risco do país.

Com este quadro, Excelência, significaria novas fontes de recursos para o tesouro, através desse encaixe de receitas adicionais dessas exportações, bem como pela abertura de espaço

para a contratação de novos empréstimos para o financiamento ao crescimento e desenvolvimento económico.

Encorajamos, pois, o Governo a consolidar estes processos, incluindo, através da Janela Única Electrónica, que pode desempenhar um papel transformador no controlo das nossas exportações.

Excelência,

Permita-nos enaltecer o Vosso papel ao liderar o diálogo para a resolução das inquietações levantadas pelo sector privado sobre o Programa de Avaliação de Conformidade (PAC). Agradecemos, também, a acção preponderante do Ministro da Indústria e Comércio, com quem temos estado a dialogar, sobre este programa. Como resultado deste diálogo, o PAC foi adiado desde Abril de 2023, evitando-se os impactos negativos

tanto em termos de custos e perdas, de cerca de 400 milhões de Meticals, num ano, como no aumento de procedimentos e tempo de importação, o que constituía uma barreira técnica ao comércio.

Minhas senhoras e meus senhores,

Este Décimo Conselho de Monitoria do Ambiente de Negócios tem como objectivo principal, avaliar a implementação das acções

acordadas na CASP, em 2023, sob liderança de Sua Excelência o Presidente da República.

Da monitoria feita, constatamos que foram realizados encontros sectoriais (quer a nível técnico como a nível superior). Todavia, os encontros não produziram resultados satisfatórios, uma vez que, nenhum problema foi solucionado na sua plenitude, resultando num balanço de 20% de

acções não realizadas, e 80% de acções em curso.

Em nossa avaliação, deve-se incluir estas acções tanto nos instrumentos de planificação sectorial, como nos instrumentos de reformas para assegurar um *forcing* na sua implementação. Sem entrar em detalhes, destacaria os seguintes assuntos emergentes dessa matriz:

1. Pagamento de facturas por parte do Estado aos empreiteiros e fornecedores de bens e serviços, cuja proposta foi (i) de se criar os limites máximos de acumulação das facturas atrasadas, para que a despesa seja controlada e monitorada; e (ii) incluir-se no Orçamento de 2023, uma rubrica específica de pagamento de facturas atrasadas aos fornecedores.

Nesta questão de contratação de bens e serviços pelo Estado, adicionamos a falta de implementação da retirada da obrigatoriedade de garantias provisórias, no âmbito dos concursos públicos. Os ministérios insistem em exigir este requisito, sem base legal;

2. Adopção de mecanismos que permitem a redução do tempo do reembolso do IVA, que,

legalmente, deve ser processado num período de 30 dias. Aqui, Excelência, a CASP discutiu um modelo denominado SAFT para evitar o acúmulo de valores a reembolsar, no âmbito do COMPACTO II, Millennium Challenge Corporation. Não sabemos, ao certo, quando este sistema entra em vigor e não foi respondida a proposta de se ajustar a taxa de provisionamento para o

reembolso do IVA, dos actuais 16% para 25%. Adicionalmente, o Pelouro Fiscal apresentou, várias vezes, propostas de alteração da Lei de Compensação dos Créditos Fiscais para se acomodar a flexibilidade que se pretende na resolução das situações de reembolso do IVA, bem como de pagamento de facturas em atraso, todavia tem havido pouco progresso neste aspecto.

3. Sobre a isenção do IVA nas transmissões de óleo alimentar e sabões, o diálogo com o Ministro da Indústria e Comércio progrediu, e acreditamos que existe espaço para instituir-se um programa de incentivos baseado em critérios claros de acesso aos mesmos. No caso concreto das indústrias de óleo alimentar e sabões, cerca de 80% da matéria prima é importada. A proposta da CTA,

seria (i) renovar o incentivo fiscal de isenção do IVA nas transmissões de óleo alimentar e sabões, e (ii) associar este incentivo à obrigação das indústrias aumentarem a incorporação das matérias-primas locais dos actuais 20% para 60%, em 2 anos.

4. Sobre a carga tributária excessiva, proliferação de taxas e taxinhas, duplicação e

ilegalidade de impostos, aqui, Excelência, não houve avanço digno de registo, por isso, pedimos a Vossa intervenção urgente. Um exemplo simples: os investidores em áreas longínquas, são obrigados a fazer acordos com a EDM para o fornecimento de corrente eléctrica e, em sede deste contrato, há uma taxa que são obrigados a pagar ao MIREME. Isto reflecte uma duplicação de

taxas, dado que a empresa já paga à EDM, tutelada pelo MIREME.

5. Sobre o acesso ao gás doméstico para a produção de electricidade competitiva para a indústria, bem como o acesso às oportunidades de negócio associadas à indústria do Oil & Gas, notamos uma total estagnação, apesar das muitas abordagens havidas. Aqui,

Excelência, propomos que o projecto em curso, na Bacia do Rovuma, liderado pela ENI, apresente um programa concreto de conteúdo local, tal como outros projectos de grande envergadura o fizeram.

Para que estes assuntos sejam discutidos com vista à sua resolução, é imperiosa a disponibilidade dos Ministros, o que não tem se mostrado. A alternativa,

Excelência, seria uma reunião técnica no Vosso Gabinete, para a resolução dos assuntos colocados pelo sector privado.

Excelência,

Enquanto se preparava este CMAN, registamos o agudizar de tensões no Oriente Médio, marcado pelo ataque de drones do Irão à Israel, em retaliação a um ataque às instalações diplomáticas do Irão, na Síria, com consequências

globais que podem afectar a economia de Moçambique, indirectamente, através dos mercados de energia.

Para um país importador de petróleo líquido como o nosso, o aumento nos preços do petróleo poderia elevar os custos, pressionando a inflação doméstica e, potencialmente, afectando a balança comercial. Neste contexto, o Banco de Moçambique poderia

enfrentar desafios significativos para manter a inflação sob controle, sem comprometer o crescimento económico.

Em suma, acreditamos na capacidade do Banco de Moçambique, de monitorar, cuidadosamente, os desenvolvimentos no mercado global de energia e ajustar sua política monetária conforme necessário, para equilibrar o

crecimiento económico com o controle da inflação. Estamos certos de que a decisão, na próxima reunião do CPMO, será crucial e dependerá fortemente da evolução dos preços dos combustíveis e da situação geopolítica global, daí a relevância e imperiosidade desta análise cuidadosa para sustentar a actividade empresarial e económica no país.

Senhor Primeiro-Ministro,

Distintos parceiros,

Minhas senhoras e meus senhores,

Para finalizar, e estando a caminho da XIX CASP, temos noção do trabalho conjunto que deveremos realizar para garantir uma Conferência repleta de êxitos. Por este motivo, aproveitamos o ensejo para convidar a todos que coloquemos os recursos à disposição deste desiderato, para a materialização de uma CASP sobre

***Investimentos e Negócios em
Ambiente das Medidas de
Aceleração Económica – Desafios e
Oportunidades.***

***Pela melhoria do ambiente de
negócios!***

Muito obrigado.